manchete

Público

22-01-2019

Periodicidade: Diário
Classe: Informacão Geral
Âmbito: Nacional
Tiragem: 31885

Temática: Justica
Dimensão: 1157 cm²
Imagem: S/Cor
Página (s): 20

LOCAL
Autarca que "engoliu" um papel durante busca começa a ser julgado

Autarca que "engoliu" um papel durante busca começa a ser julgado

A criação de uma "cidade do cinema" – uma Hollywood à portuguesa – alimentou o sonho dos autarcas de Portimão. Por causa deste e de outros projectos falhados, câmara acumulou dívidas de 182 milhões

Portimão
Idálio Revez

O antigo vice-presidente da Câmara de Portimão e mais três empresários vão hoje a julgamento acusados dos crimes de branqueamento de capitais, burla qualificada e participação económica em negócio. Do rol dos arguidos fazem ainda parte seis sociedades que prestaram serviços a duas empresas municipais. Tudo aconteceu há cerca de uma década, quando o Algarve sonhava em criar uma "cidade do cinema", uma espécie de Hollywood à portuguesa. Luís Carito esteve na origem desse projecto falhado, e de outros que terão contribuído para falência que se abateu sobre a câmara. Durante a investigação deste processo, o ex-autarca, médico de profissão, protagonizou uma insólita cena policial – comeu uma folha de papel A4, que alegadamente o comprometia, durante uma busca feita pela PJ à sua residência.

Segundo o Ministério Público, Carito concebeu um "esquema fraudulento" que envolveu prestadores de serviços às empresas municipais Portimão Turis e Urbis. O "esquema", desenvolvido durante os anos de 2009 e 2013, foi suportado através de uma "intrincada teia de movimentos bancários" que teria como um dos principais beneficiários Luís Carito, responsável, na altura, pelo pelouro da economia, finanças e turismo do município. Por outro lado, o autarca detinha uma "posição de absoluto domínio" na gestão das empresas municipais, desempenhando ao mesmo tempo os cargos de presidente do conselho de administração e da comissão executiva das duas empresas que tinham a câmara como único accionista. A situação financeira do município agravou-se ao ponto de ter entrado em ruptura financeira em 2013 – ano em que registou um aumento do passivo em 29,8 milhões de euros.

Quando a Polícia Judiciária (PJ), no dia 19 de Julho de 2013, fez uma busca à residência do então autarca, "encontrou um documento em formato A4, dobrado em quatro, que se encontrava acomodado numa bolsa de cor preta" no escritório. Segundo a acusação, "continha uma lista de diversos nomes, compatíveis com os valores monetários" que estavam a ser investigados. Da mão de um dos inspectores da PJ, "Luís Carito, com um forte puxão" retirou o documento, fugiu para a varanda, "iniciando apressadamente a mastigação" da folha, que fez desaparecer. "Engoliu-o, tendo-o feito para impedir que esse documento, que o mesmo sabia conter informação relevante para o apuramento da responsabilidade criminal, fosse utilizado como prova dos factos que lhe são imputados nos autos", acrescenta a acusação.

Artur Curado, apresentado na Câmara de Portimão como "conhecedor profundo dos meandros do mundo cinematográfico", viajou pela Europa e Estados Unidos da América para publicitar o projecto da "cidade do cinema" – uma Hollywood à escala portuguesa. Por via das contratações efectuadas, acusa o MP, "o arguido teve um papel proeminente no enriquecimento de Luís Carito à custa, directa ou indirectamente, dos pagamentos feitos pela Portimão Turis/Urbis". Nas contas bancárias relacionadas com o "*cluster* do cinema", diz o MP, logrou obter rendimentos num montante superior a um milhão de euros, "dos quais, só em numerário, movimentou a quantia de 418,810 euros. Comparando os levantamentos em numerário com as contas de Luís Carito e seus familiares, os investigadores detectaram "31 coincidências, entre as quais se destacam duas de valores idênticos e três de realização simultânea".

Câmara pede indemnização

Além destes dois arguidos – Luís Carito e Artur Curato, acusados de serem os "principais beneficiários" das operações realizadas –, vão ser também julgados Luís Marreiros e Carlos Barros e mais seis empresas, pronunciados em co-autoria por um crime de burla qualificada e outro de branqueamento. Os quatro arguidos vão ainda responder por um crime de participação económica em negócio. A câmara, entretanto, constituiu-se como assistente no processo e apresentou um pedido de indemnização de cerca de 700 mil euros, o valor relativo aos alegados prejuízos.

Em 2017, o Ministério Público acusou 21 arguidos, 12 empresas e nove pessoas, incluindo Luís Carito e Jorge Campos, detidos em 2013. Na altura, estes dois socialistas eram, respectivamente, vice-presidente e vereador, socialistas e membros dos conselhos de administração das empresas municipais. Porém, com o pedido de abertura de instrução – fase facultativa que visa decidir por um juiz de instrução criminal se o processo segue para julgamento – o juiz Ivo Rosa, do Tribunal Central de Instrução Criminal (TCIC), reduziu a quatro o número de arguidos, mais seis sociedades que celebraram contratos com as empresas municipais.

A Câmara de Portimão, juntamente com o município de Fornos de Algodres, figurou, em 2014, na lista das autarquias com um passivo mais difícil de resolver. Em Outubro desse ano, Isilda Gomes, PS, sucedeu a Manuel da Luz, do mesmo partido. A dívida a fornecedores ascendia a 147 milhões. Pediu o resgate, através do Programa de Apoio à Economia Local (PAEL), e amanhã leva a aprovação na reunião do executivo as contas de gerência com um salto positivo de 23 milhões de euros, que transita de 2018 para 2019.

O julgamento de Luís Carito, no Tribunal de Portimão, já tem sessões agendadas até Abril.

irevez@publico.pt

ENRIC VIVES-RUBIO/ARQUIVO

Esquema remonta a 2009 e envolveu também várias empresas